

Brasil: a retirada dos direitos sociais e trabalhistas

Prof. James Petras

Cientista Político norte-americano, é docente e pesquisador da Stat University – Nova Iorque – USA. Foi membro do Tribunal Russel contra a repressão na América Latina

Introdução

Estudar o problema da retirada dos direitos sociais e trabalhistas requer um estudo da concentração do poder social e direitos de propriedade do capital, porque estes elementos são dois lados da mesma moeda. Da mesma forma, enquanto o Banco Mundial e os Presidentes FHC e Bill Clinton falam sobre atacar a “pobreza extrema”, nós argumentamos que isto é apenas um efeito: propomos que, para lutar contra pobreza extrema, devemos atacar a causa – a riqueza extrema.

Assim, nosso método é explorar a inter-relação dialética entre deterioração dos direitos sociais e trabalhistas e a concentração de poder e direitos do capital como fonte de pobreza, insegurança e decomposição social.

Este trabalho se focalizará no processo histórico do avanço e declínio dos direitos do trabalho e capital, porque a história não se move de uma maneira linear, mas de acordo com os ritmos

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v. 14	n. 20	p.125-138	1996
-----------------------------	---------------	-------	-------	-----------	------

da luta de classes internacional, nacional e local. Assim, o elemento essencial é olhar o problema dentro de um arcabouço histórico. Da mesma maneira, as condições dos direitos trabalhistas e sociais variam por localização espacial. Em algumas regiões onde o poder de classe do trabalhador permanece coeso, a retirada é menos evidente. O problema da retirada e avanço das classes competitivas antagônicas deve ser analisado em termos de desenvolvimento não linear. Desenvolvimento não linear não confinado a critérios tecnológico-producionistas, mas primordialmente em termos de poder organizacional e social.

Finalmente, o estudo dos direitos sociais e trabalhistas e poder capitalista requer que consideremos cuidadosamente a perspectiva que é selecionada determinará o tipo de dados, definição de problemas e conclusões políticas a que se chega. Se começarmos nosso estudo a partir da perspectiva das relações sociais e trabalhistas como um produto da luta entre o capital e o trabalhador por poder, extração da mais-valia e distribuição de renda. Se nós começarmos da perspectiva global ou abordagem de sistema mundial, o foco está no problema de capitalistas que competem pelas fatias de mercado, lucros e fontes de trabalho barato. As mudanças dos direitos trabalhistas e sociais, assim, estão incorporadas em um discurso centrado na “produtividade” e “competitividade”. Esta abordagem assume a primazia dos interesses capitalistas.

Assim, cada perspectiva de pesquisa está dentro de um paradigma diferente e é decisivo para elaborar os conceitos que satisfazem as necessidades do trabalhador ou do capital. O confronto entre as relações sociais e perspectivas “globalistas” é central para qualquer análise da dialética da retirada dos direitos do trabalhador e reconcentração de poder do capital.

A discussão do processo de retirada/reconcentração exige que nos “desconstruamos” ou desmistifiquemos a linguagem da análise social. O problema básico é que parte da hegemonia recentemente conquistada do capital é encontrada no uso de linguagem e termos analíticos que obscurecem as relações reais

e processos de exploração social e a reconcentração de poder social. Termos como “ajustamento estrutural”, “flexibilidade de trabalho”, “reformas econômicas”, “globalização”, “estabilização” têm significados e usos específicos de classes, embora eles sejam apresentados como conceitos técnicos neutros. Seu conteúdo social e referentes empíricos escondem sua aparência cognitiva.

Reação e Avanço, Retirada e Contra-ataque

O problema do declínio dos direitos trabalhistas e sociais e o avanço do poder e lucros capitalistas devem ser localizados em um processo histórico para medir as mudanças e compreender as causas: as relações dinâmicas subjacentes que produzem mudanças dramáticas entre os atores sócio-políticos centrais.

No contexto brasileiro, nós podemos localizar três períodos e talvez, o começo de um quarto nos últimos 30 anos: o período de reação 1964-78; o período de avanço, 1979-89; o período de retirada, 1990-96. Por volta de 1996, houve vários sinais de um novo período de contra-ataque popular. O período atual de transição combina regressão continuada entre alguns setores e regiões e avanços entre outros setores do trabalho.

Reação e Avanço 1964-89

O avanço dos direitos sociais e trabalhistas de trabalhadores e camponeses sob os regimes populistas têm sido, de maneira não justificável, denegrido por neo-liberais contemporâneos e pseudo-esquerdistas (aqueles que reclamam constantemente contra o “estatismo” em nome de uma “sociedade civil mística”). De fato, a classe capitalista, e seus aliados militares, religiosos, latifundiários e imperialistas, compreendeu que a lógica das reformas sociais populistas e o avanço da legislação do trabalho continham, dentro deles, as sementes de uma transformação social. Anterior a 1964, mudanças sociais

no local de trabalho, nas ruas e praças, nas fazendas e vilas militares eram parte de uma mudança definitiva, para baixo e para dentro, tanto no poder quanto na renda. Populismo deve ser reconceitualizado em dois níveis: reformas sociais dirigidas ao Estado para consolidar o poder da burguesia; o segundo nível envolve as ações e iniciativas de trabalhadores e camponeses mobilizados em direção à transformações sociais mais fundamentais.

O golpe militar de 1964 foi, em essência, a extensão da resistência capitalista a este avanço social por meios violentos. O conteúdo do golpe foi dismantelar completamente os movimentos sociais populistas. A reação capitalista centrou-se em várias preocupações estratégicas inter-relacionadas: a eliminação dos sindicatos baseados em classe e contratos sociais do estado de bem-estar populista. Essas mudanças foram essenciais na busca de estratégias de reconcentração de renda, poder e propriedade nas mãos de corporações multinacionais, monopólios estatais e privados e grandes latifundiários. A reconcentração de riqueza e poder, por sua vez, facilitou a reorientação da economia rumo ao aprofundamento de sua integração no mercado mundial e suas ligações com o capital financeiro e industrial internacionais.

O período de “reação” (1964-78) pode ser subdividido em fases que se misturam: uma “fase destrutiva” (1964-69), uma “fase de decolagem produtiva” (1968-73) e uma fase de declínio/conflito (1974-79). O “boom econômico” criou novas indústrias e uma nova classe trabalhadora organizada independentemente de suas instituições populistas anteriores. A ditadura em retirada, começando no fim da década de 1970, foi confrontada pelos novos movimentos e líderes nas fábricas e plantações que num primeiro momento, exigiram autonomia e desafiaram as desigualdades originadas da expansão do final da década de 1960 e começo da de 1970.

O declínio da ditadura militar gerou dois conjuntos opostos de movimentos sociais, os quais eram parte do movimento

democrático geral: uma classe trabalhadora socialista que lutava por democracia para reverter as desigualdades sociais e democratizar o setor de propriedade pública administrado pelos militares; um setor da burguesia liberal que utilizava o discurso democrático para privatizar a propriedade estatal, transferir os lucros e privilégios para si próprios em conjunto com o capital internacional (renda reconcentrada) e acabar com os vestígios das políticas nacionalistas.

O enfraquecimento dos militares levou a avanços simbólicos e substanciais para a classe trabalhadora e camponesa, dentro de uma organização institucional burguesa. Na prática, isto significou a revisão do código trabalhista que favoreceu os sindicatos e aumentou os gastos sociais, como também a legitimação da reforma agrária sob certas condições. O “avanço” entre 1979-89 aconteceu em duas fases: um avanço social (baseado nas greves massivas dos sindicatos, ocupação de terras e lutas pelo poder) em organização e ação entre 1979-85; um período subsequente de avanço político e econômico (1986-89), principalmente de aumento de poder eleitoral para o PT (Partido dos Trabalhadores) e melhoramentos na legislação social.

O problema estratégico neste avanço, contudo foi o fato que, sem considerar governos municipais e alguns governos estaduais progressistas, a burguesia liberal reteve o controle decisivo do “aparato do Estado federal” e as instituições econômicas cruciais (Banco Central, empresas públicas, etc.). A pressão dos trabalhadores e camponeses por melhor legislação social e trabalhista mudou da luta de classe para luta eleitoral, um território que era favorável à burguesia devido ao controle do Estado, meios de comunicação de massa, meios de coerção e finanças.

Retirada e Contra-Ataque: 1989-1996

Três fatores facilitaram a reconcentração de poder, riqueza e propriedade nas mãos da burguesia: o apoio internacional do

capital; a desmobilização interna do trabalho (burocratização dos sindicatos, a dissociação das políticas eleitorais das lutas de massa urbana, etc.); a liderança política e “vontade” da burguesia liberal para quebrar decisivamente com o “contrato social” dos anos ‘80, primeiramente com Collor e mais tarde, mais dramaticamente com FHC.

O colapso do Comunismo não teve, inicialmente, muito efeito no Brasil – já que o Partido Comunista (pró-soviético) foi uma força insignificante no movimento de massa. O que resultou do fim do Comunismo, contudo, foi uma política imperial intervencionista mais agressiva dirigida a reconcentrar renda, eliminando legislação trabalhista e transferindo a propriedade pública para os bancos imperiais e multinacionais. O Banco Mundial, o FMI, Washington, Tóquio, Bonn deram um impeto poderoso à elite brasileira local, para rolar os ganhos do fim da década de 1970 e início da de 1980. Esta ofensiva foi dirigida, primeiramente, a mudar a orientação do Estado de gastos sociais para estabilização – aumentando os subsídios para o capital e reduzindo gastos para serviços sociais. A estabilidade macro-econômica para a propriedade foi acompanhada pela instabilidade da vida familiar da classe trabalhadora devido ao desemprego. A estabilização colocou os sindicatos na defensiva e enfraqueceu a capacidade dos trabalhadores de lutar coletivamente. O declínio da ação coletiva levou o pobre ao uso de estratégias de sobrevivência individual: drogas, crime, contrabando, etc.

A retirada do trabalho foi um produto da interação dialética entre o ataque externamente apoiado pelo capital e a desmobilização interna do trabalho. Envolvidos pelas políticas de pactos sociais de elite, tendo perdido contato diário com os seus membros, o sindicato e os líderes eleitorais de esquerda não quiseram e não foram capazes de contra-ataque. Eles procuraram **limitar** os **efeitos** negativos, ao invés de confrontar a causa capitalista por ataques sobre salários, ganhos sociais e direitos trabalhistas. A “visão pragmática” dos líderes trabalhistas e políticos, escondeu as novas realidades emergentes na década de 1990: a burguesia liberal estava querendo reverter pacto social,

não modificá-lo. Os ganhos do passado não foram consolidados mas tornaram-se alvos para eliminação. Os pragmáticos, sob o pressuposto que reformas cumulativas eram possíveis no capitalismo, tinham renunciado a alternativa sistêmica, socialismo, para tornarem-se negociadores sérios. Eles aceitaram as novas regras do jogo exatamente quando a classe capitalista estava virando a mesa e começando um novo jogo no qual eles (os líderes trabalhistas e a esquerda) não foram incluídos.

Enquanto “condições objetivas”, tanto internacionais quanto nacionais, estavam favoráveis e muitos capitalistas estavam ansiosos para começar o processo de “reconcentração”, eles não tiveram um elemento essencial: liderança política executiva. O primeiro presidente neo-liberal, o provinciano Collor, apresentou uma pauta de privatizações, mas foi incapaz de implementá-la por causa dos escândalos de corrupção. Os interesses pessoais de Collor interferiram nos interesses de classe da burguesia. Entra FHC. Ele é um presidente com uma visão capitalista global na qual a ambição pessoal funde-se com os interesses de acumulação do capital das multinacionais. FHC, a partir de seu treinamento Marxista anterior, sabe que concentrar propriedade via privatização somente pode acontecer enfraquecendo o poder do trabalhador. Ele sabe que diminuir os custos sociais do capital requer menos benefícios sociais para o trabalhador. Seus estudos anteriores sobre mercado de trabalho lhe ensinaram que maior desemprego significa menores gastos para o capital. Sob a liderança de FHC, um ataque sustentado contra os direitos trabalhistas e sociais foi lançado o que aumentou os lucros e ganhos especulativos na bolsa de valores. Os resultados estão refletidos na crescente polarização da opinião pública. A bolsa de valores brasileira aumentou 38% nos primeiros nove meses de 1996, enquanto o candidato de FHC para prefeito de São Paulo, o ex-Ministro do Planejamento, José Serra, acabou em terceiro lugar com menos e 20% dos votos.

O regime de FHC tem centralizado a criação de políticas em um grau sem precedentes desde a volta das políticas eleitorais. Sua busca por interesses do capital tem conduzido à “políticas bastante incoerentes”. De um lado, ele ataca os gastos sociais com

trabalhadores; de outro, o estado subvenciona com 20 bilhões de dólares vários bancos em falência. De um lado, ele fala sobre o mercado livre em agricultura, enviando a polícia militar contra a atividade de ocupação de terra do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Por outro lado, o Ministro da Agricultura negocia dívidas multi-bilionárias devidas por grandes latifundiários aos bancos estaduais. FHC não é contra a intervenção estatal e nem mesmo a favor do mercado. Ele é consistentemente a favor de concentrar capital e enfraquecer a porção do trabalhador na renda nacional. Quando o “mercado” satisfaz seu objetivo, como no caso de privatizar a seguridade social, sua retórica é neo-liberal. Quando o Estado intervém para subsidiar o capital, ele recorre a um discurso “intervencionista”.

A vantagem tácita do regime FHC está em sua compreensão clara que o pacto social anterior com o trabalhador seja acabado; a economia mista é uma coisa do passado; e que privatização massiva, a eliminação das barreiras de comércio e investimento estrangeiro, são componentes estratégicos da Nova Economia. A visão global de FHC e sua condução agressiva, contrasta com a posição das lideranças dos sindicatos dos trabalhadores (CUT, CGT, FS), que ainda agem como se fosse possível “negociar” bons contratos, operar dentro de um setor público substancial, e estender os benefícios sociais. Baseados nestes falsos pressupostos derivados de um contexto político diferente. Os sindicatos têm sofrido uma série de derrotas e têm estado na defensiva. O único movimento social que compreendeu a natureza radical da estratégia de FHC foi o MST, que lançou uma contra-ofensiva baseada no pressuposto que o regime gradualista “democrático social” ou populista acabou. O movimento de ocupação de terra do MST que expropria capital e terra foi a contra-face da apropriação e privatização das empresas públicas por FHC. Tanto o MST quanto FHC estão reagindo de maneira opostas por oposição de classes para a desintegração do pacto social e o fim dos últimos remanescentes do populismo.

A retirada do trabalho tem sido um **processo não linear** mais evidente no setor público (educação, saúde, petróleo, etc.) e nos sindicatos, seguidos por perdas gerais nas áreas de proteção

ao trabalho e seguridade social. Por outro lado, nas áreas rurais, os trabalhadores sem terra têm tido **avanços** em termos de expropriação de terras e um aumento na organização social e apoio público.

Em termos setoriais, FHC avançou no interesse do capital estrangeiro – com fluxo de investimentos recorde para a compra de setores estratégicos (telecomunicações, petróleo, e outros). Por outro lado, as mesmas políticas têm provocado uma crise entre pequenos e médios fazendeiros e industriais.

O período de avanço também variou. FHC manteve suas iniciativas no âmbito nacional pelos dois primeiros anos (1994-95). No início de 1996, no início de abril, ele sofreu sua primeira derrota política com a revolta sobre o massacre dos camponeses no Pará, seguida pela greve geral bem-sucedida em junho do mesmo ano.

Está claro que os avanços da pauta sócio-econômica de FHC, através do Estado, é acompanhada pelo declínio do apoio da sociedade civil. O que isto significa, em termos práticos, é que, enquanto FHC pode impor novas medidas aumentando a concentração de capital e a acumulação de riquezas via decreto executivo, ele o faz a um **alto custo político**: cada novo esforço em promover apropriação estrangeira – bancos, seguridade social – provoca resistência popular e aumenta a probabilidade de repressão do Estado.

O “pacote” neo-liberal de democracia, mercados livres e consenso social está desmantelado. As políticas econômicas estão paulatinamente expostas como expressões de um estrato pequeno da classe dominante. A linguagem política do sistema econômico torna-se desmistificada. Uma compreensão crítica dos símbolos políticos do neo-liberalismo como exploração de classes está se tomando generalizada.

As Políticas da Língua e a Língua das Políticas

O retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas (produtos de um legado histórico de políticas de massa populistas) não

poderia acontecer usando a linguagem de auto-interesse do capitalista. Uma nova linguagem, que em alguns casos emprestou termos essenciais da esquerda, foi elaborada. Um papel principal nesta tarefa ideológica de mistificação científica foi desempenhado pelos tecnocratas do Banco Mundial, Banco Interamericano e o FMI. O objetivo foi criar uma linguagem e conceitos que pareciam ser técnicos ou apolíticos, que pareciam ser divorciados de interesses de classes às quais ela servia. As políticas que eram as mais auteras em seu impacto social sobre os direitos trabalhistas e sociais foram conceitualizadas com termos que pareciam ter uma conotação social positiva ou neutra. Isto pode ser ilustrado ao examinar criticamente vários conceitos-chave e comparar seu significado aparente com seu conteúdo substantivo.

Pegue o termo “ajuste estrutural”. O termo “estrutura” foi, no passado, associado com a esquerda. Era associado com os esforços para identificar configurações do poder social que sustentavam as desigualdades. A análise estrutural da esquerda enfatizavam políticas para mudar os padrões de concentração de terra e renda para uma maior igualdade. Em comparação, no arcabouço neo-liberal, “estrutura” refere-se à instituição e padrões de renda **de trabalhadores** que são percebidos como obstáculos para a acumulação capitalista. O termo “ajuste” refere-se ao processo da intervenção estatal para enfraquecer os direitos sociais e trabalhistas e para **reconcentrar renda e propriedade**. Juntos, os termos “ajuste estrutural” não formam uma relação existente de sintonia fina, mas um retrocesso histórico de importantes relações institucionais e de classe. Em termos políticos, ele está próximo de ser uma contra-revolução. O jargão tecnocrata ofusca as mudanças profundas no poder de classe e riqueza que resulta da intervenção radical do Estado.

“Flexibilidade do Trabalho” é colocada em oposição a direitos trabalhistas. Sob direitos trabalhistas, os trabalhadores têm escolhas e condições são estabelecidas para que se limite as horas de trabalho, estabelecendo padrões de segurança e saúde, férias, dispensa por saúde, etc. De acordo com ideólogos da

“flexibilidade do trabalho”, estes direitos de trabalhistas são “rigidez”. Eles argumentam que os empregadores deveriam ser “livres” para organizar o trabalho sem qualquer limitação: **poder absoluto** dos empregadores sobre o trabalho é disfarçado como **flexibilidade do trabalho** significa que trabalhador não tem nenhum direito, o **capital possui todos os direitos**. O significado operacional de flexibilidade do trabalho é **rigidez capitalista** ao estabelecer unilateralmente e impor as regras de contratação empregatícia. Assim, o retrocesso dos direitos trabalhistas e sociais a um **período anterior** de exploração está presente como uma inovação “moderna”, na organização dos processos trabalhistas.

O terceiro conceito-chave é **reforma econômica**. No passado, a esquerda falava de **reforma** como meio de introduzir políticas sociais que amenizavam o impacto do capitalismo: leis que aumentavam os pagamentos de transferência social para o trabalhador, promoviam a responsabilidade pública do setor privado. Reforma era, na essência, a mudança gradual no sentido de aumentar a porção de renda do trabalhador em detrimento dos lucros. Na versão neo-liberal de “reforma econômica”, ela refere-se ao oposto, ou seja, diminuir a porção social do trabalhador e aumentar o retorno ao capital: transferir propriedade pública para os monopólios privados; promover a apropriação estrangeira de recursos nacionais estratégicos. Em suma, **reforma econômica é a reconcentração de renda, poder e propriedade para cima e para fora**.

Globalização refere-se ao movimento de produto e capital através das fronteiras, unindo países em uma rede de produção e troca. O termo não possui **referente histórico e especificação sociológica** das classes dominantes, Estados e instituições econômicas que estão dirigindo e se beneficiando do processo. Ideólogos globalistas usam o termo como um conceito abstrato, e o descrevem como um processo **inevitável e irresistível**. Assim, eles procuram evitar qualquer sentido de relação da “globalização” a outros conceitos mais específicos que podem esclarecer seu caráter e alternativas. Vários conjuntos

distintos de relações definem o processo de movimentos entre-nações do capital, trabalho e produto: **comércio** entre países com o mesmo nível de desenvolvimento de forças produtivas como também países com relações desiguais. Esta última relação é não-recíproca: o comércio reflete as iniciativas, decisões e necessidades de uma classe dominante nacional por sobre a economia coletiva de uma outra nação. O termo que descreve estas relações de classe e inter-estado é **imperialismo**.

A “globalização” atual é uma **extensão** das políticas imperiais e é incorporada no poder político e relações sociais de um capitalismo ascendente dos países imperialistas. Anteriormente, países nacionalistas, socialistas e comunistas limitavam o escopo e poder do avanço imperialista. Hoje, estes mesmos limites sistêmicos têm sido quebrados e o imperialismo avança à regiões anteriormente excluídas. O ponto chave é que a mudança no poder político dentro de um conjunto específico de relações sociais e inter-estaduais tem facilitado o direcionamento histórico do capitalismo para funcionar a nível global. Ao analisar as relações de poder político, nós revelamos as forças e relações sociais específicas que criam alternativas para a pretensão globalista imperial em: transformações socialistas e nacionalistas que redefinem relações inter-estado, a troca de mercadorias e os fluxos de capital. Ao esconder as **raízes sociais** da globalização, os ideólogos esperam evitar as alternativas econômicas que emergem das relações contraditórias da produção.

Estabilização é um termo que é apresentado como descrevendo uma condição **geral** da “economia”. De fato, as medidas de cortes de estabilidade no emprego e auxílio financeiro às famílias como salário-família, aumento de preços, demissão de funcionários públicos – causam instabilidade para os trabalhadores individuais, suas famílias e comunidades. Desemprego é associado com desordem mental, violência na família, abandono de escola e crime. Declínio de programas sociais está ligado a aumento da contribuição do trabalho infantil para as famílias. Uma vez que especificamos o nível de abstração

social e as unidades de análise, o termo **estabilização** perde seu caráter aparentemente neutro e técnico. Ele aparece como um mecanismo para enfraquecer os sindicatos dos trabalhadores e diminuir a resistência social do trabalhador enquanto fortalece os lucros e barganha a posição do capital.

Em suma, a natureza das políticas neo-liberais da classe dominante – o retrocesso de direitos trabalhistas e sociais da maioria dos trabalhadores e funcionários e a reconcentração de poder e riqueza nas mãos do capital força seus ideólogos a **inventar uma nova linguagem** que combina uma aparência progressiva com um conteúdo reacionário.

Conclusão: da Retirada ao Avanço?

Nós estamos entrando em uma nova fase pós-neo-liberal no Brasil? Isto depende do que estamos analisando. Politicamente, parece ser o caso – se os resultados eleitorais atuais e a atividade do movimento social são indicadores. Economicamente, não está claro – já que os regimes em poder continuam a ampliar e aprofundar o escopo das medidas neo-liberais.

Como nossa breve pesquisa, dos últimos 30 anos indica, o declínio ou avanço dos direitos sociais variam com o nível e intensidade da luta de classes, as mudanças no poder político e o compromisso dos líderes em tomar ações decisivas. O retrocesso dos direitos trabalhistas e sociais não é o resultado de processos globais abstratos, mas o resultado de políticas de Estado, relações de classes e liderança política e social.

É difícil, por exemplo, explicar o avanço dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores sem-terra e, ao mesmo tempo, o declínio dos direitos dos funcionários públicos por um conceito geral como “globalização” que, supostamente, afeta a todos. As mudanças para pior não são o único resultado dos processos sócio-econômico, mas de processos ideológicos, políticos e culturais. O avanço dos interesses do capital é baseado em sua visão global: eles têm uma perspectiva de classe do papel do

Estado, relações de trabalho e legislação social que informam suas ações. O capital tem uma estratégia de confronto para reverter a porção de renda do trabalhador e o orçamento do Estado. Finalmente, o capital não receia ir além do arcabouço legal para garantir seus objetivos, isto é, decreto presidencial, atividade paramilitar, etc. Em comparação, a esquerda – partidos eleitorais e sindicatos – não têm a visão de um sistema social alternativo (socialismo). Eles são forçados a operar no terreno do capitalismo sob condições dadas pelos capitalistas. Sua perspectiva de colaboração capital-trabalho os impede de compreender e agir contra a natureza da política de Estado, mudanças radicais nas relações capital-trabalho e a legislação social regressiva. O pragmatismo do trabalhador é uma reação ineficaz ao capitalismo ideológico. Finalmente, sem uma visão alternativa global e de classe, a esquerda eleitoral e os sindicatos abordam o retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas de uma forma setorial, negociando concessões que são interpretadas como sinal de fraqueza pelo capital. Os políticos da desmobilização social, as políticas eleitorais e negociações não têm sido eficazes. As políticas de mobilização social do MST, ação extra-parlamentar e intransigência na defesa dos objetivos sociais populares têm sido bem sucedidas em garantir apoio público majoritário e avançar na legislação social.

Há uma lição poderosa aqui. O período atual é de transição: o neo-liberalismo está morrendo e a transformação social está lutando para nascer. O período de desencantamento e polarização pode resultar em uma mudança para a esquerda ou pender mais para a direita. O declínio da versão do neo-liberalismo de FHC não é seu último capítulo. A burguesia tem uma capacidade peculiar de tirar um outro coelho do chapéu. Ela já fez isto anteriormente e pode fazer outra vez. Somente um reviver dos movimentos político-sociais com uma visão socialista global, uma estratégia baseada nas realidades de classe, uma liderança capaz de combinar lutas extra-parlamentares e eleitorais pode criar o clima legislativo para um novo avanço na legislação social do trabalho.